

**CASO MASTER /** Limite do capital do Banco de Brasília poderá ser ampliado em até R\$ 8,8 bilhões em ações. Especialistas explicam próximos passos da instituição e analisam a pressão aos cofres do GDF, acionista majoritário

# Assembleia traz fôlego ao banco

» ANA CAROLINA ALVES  
» PAULO GONTIJO

A Assembleia-Geral Extraordinária do Banco de Brasília (BRB), realizada, ontem, em formato virtual, marcou um novo capítulo no processo de reestruturação da instituição e repercutiu no mercado financeiro pela aprovação de medidas consideradas centrais para o futuro da instituição financeira. Entre as decisões, os acionistas autorizaram um amplo aumento de capital e mudanças na governança, movimentos vistos como parte do esforço para recuperar a confiança e fortalecer a capacidade financeira do banco.

Na prática, a assembleia aprovou a ampliação do limite de ações que o banco pode emitir, permitindo a realização de um aumento de capital de até R\$ 8,8 bilhões. A operação será feita por meio da emissão de novas ações (2,5 bilhões de papéis), com preço fixado em R\$ 5,36, o que pode elevar o capital social do BRB para até R\$ 11,161 bilhões.

Na mesma reunião, os acionistas homologaram nomes para o Conselho de Administração, consolidando a nova composição da governança do banco. Foram aprovados o presidente Nelson de Souza, além de Joaquim Lima de Oliveira e Sérgio Iunes Brito (como integrantes do Conselho), em um movimento que reforça a estrutura decisória da instituição em meio ao atual cenário.

## Análise

Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo afirma que a decisão da assembleia é um marco importante para definir o rumo da instituição. "Essa aprovação dá um direcionamento aos próximos passos que os gestores do BRB vão ter que adotar", afirma.

Segundo ele, o volume aprovado reflete o tamanho do desafio enfrentado pelo banco. "A assembleia mostra a necessidade de capitalização da ordem de R\$ 8,8 bilhões, que me parece ser o tamanho do prejuízo encontrado nessas operações", explica.

Bergo destaca que o plano vai além da recomposição financeira imediata e tem impacto direto na transparência. "Uma vez concretizado, vai viabilizar a confecção do balanço de 2025 para apresentação ao Banco Central, à CVM e ao mercado, mostrando a real situação do BRB", pontua.

Na avaliação do economista e especialista em sistema financeiro, Newton Marques, a aprovação do plano de capitalização era um passo necessário. "O banco precisa aumentar o capital social e a forma disso é por meio da subscrição de ações. Não há outra alternativa para atender às exigências do Banco Central", explica.

Marques ressalta, no entanto, que a capitalização resolve apenas parte do problema. "Uma coisa é atender às exigências regulatórias, outra é recuperar o patrimônio e a liquidez que foram afetados. Isso depende diretamente da gestão", afirma. Ele explica que, após a aprovação em assembleia, inicia-se o processo de subscrição das ações, no qual os atuais acionistas têm prioridade para adquirir os novos papéis e, assim, manter sua participação no banco. "Quem é acionista tende a aportar recursos para não ser diluído. No caso do DF, que tem controle do banco, há um interesse direto em manter essa fatia", destaca Newton Marques.

## Cofres públicos

O movimento também pressiona diretamente as contas do Governo do Distrito Federal (GDF), principal acionista da instituição,

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



BRB trabalha para recuperar valores perdidos em negociações fraudulentas com o Master

que precisará aportar recursos relevantes para manter sua participação e evitar diluição. Para César Bergo, o impacto fiscal é inevitável, ainda que dependa da estratégia adotada. "O aumento de capital pode pressionar as contas públicas, porque o GDF não tem esses recursos disponíveis em caixa e precisa buscar alternativas", afirma.

Ele aponta que uma das saídas pode envolver operações financeiras mais complexas. "Esse dinheiro

provavelmente não vem do orçamento. O governo terá que buscar empréstimos ou estruturar garantias, como uso de ativos, para viabilizar esse aporte", explica.

## Reação do mercado

Na avaliação do professor de finanças do Ibmec Brasília, Marcos Melo, o aumento de capital é um passo relevante para reposicionar o banco no mercado. "A aprovação

do capital social é um passo muito importante para a saída da situação em que a empresa foi levada. O aumento de capital possibilitará que o BRB capte recursos e melhore sua condição de liquidez", ressalta.

Segundo ele, o movimento não deve ser interpretado apenas como reação a uma crise, mas também como tentativa de reorganização estrutural. "Outras medidas aprovadas ajudam no caminho do

fortalecimento do banco, como a possibilidade de uso de terrenos em garantia", destaca.

Apesar disso, a recomposição da credibilidade é vista como o principal desafio. "Provavelmente não será suficiente para recompor a confiança dos agentes do mercado, mas contribui bastante. É um conjunto de ações que deve trazer de volta a credibilidade", afirma.

Ele acrescenta que o desgaste recente tem forte impacto na percepção do mercado: "O principal desafio é a reparação da credibilidade. Em instituições financeiras, a confiança é um ativo central e sua perda pode gerar saída de recursos mesmo sem um problema imediato de caixa".

## Próximos passos

Com a aprovação em assembleia, o banco entra agora na fase de execução das medidas. Segundo César Bergo, o próximo movimento será estruturar a entrada efetiva dos recursos e detalhar o plano ao mercado. "Depois da assembleia, você tem a implementação da decisão, com a publicação de fato relevante e a definição de como será feito o aporte de capital", afirma.

O processo inclui a abertura do período de subscrição das ações e a busca por fontes de financiamento, especialmente por parte do GDF. Bergo acrescenta que o governo, como principal acionista, terá que apresentar um plano para aportar esses recursos e manter sua participação.

Além disso, a efetivação da capitalização deve caminhar junto com outras medidas de governança e transparência. Para especialistas, a execução desse conjunto de ações será determinante para medir a capacidade do BRB de atravessar o atual momento e retomar a confiança do mercado.

IMOVISION APRESENTA

**2º FESTIVAL DE CINEMA EUROPEU IMOVISION**  
DE 23 A 29 DE ABRIL

O MAIOR FESTIVAL DE CINEMA EUROPEU DO BRASIL

**GARANTA JÁ OS SEUS INGRESSOS!**

CORREIO BRAZILIENSE  
www.correio.braziliense.com.br

REALIZAÇÃO: IMOVISION PATROCÍNIO: NITERÓI

UNIFRANCE 50000 films ometete fmp BRB ADOROCINEMA Abat Vejvut Bravo! RESERVA EXIBIDOR ooo palavr@ EUNIC

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

## Linha do tempo

### 28 de março de 2025

GDF confirmou a intenção de adquirir 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do Master, pagando R\$ 2 bilhões.

### 17 de junho de 2025

Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a compra de uma fatia do Banco Master pelo BRB.

### 19 de agosto de 2025

Câmara Legislativa do DF aprovou, com 14 votos favoráveis e sete contrários, o BRB a adquirir 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do capital social do Banco Master.

### 3 de setembro de 2025

O Banco Central rejeitou a compra de fatia do Banco Master pelo BRB.

### 18 de novembro de 2025

A Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) deflagraram a Operação Compliance Zero, que investiga a venda de R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito inexistentes do Master ao BRB.

### 18 de novembro de 2025

10ª Vara Federal de Brasília determinou que Paulo Henrique Costa, fosse afastado por 60 dias da função de presidente do BRB.

### 19 de novembro de 2025

Ibaneis Rocha demitiu Paulo Henrique Costa.

### 27 de novembro de 2025

Nelson Antônio de Souza assume a presidência do BRB.

### 2 de dezembro de 2025

Contratação do escritório Machado Meyer Advogados para conduzir auditoria independente que vai apurar os fatos citados na operação Compliance Zero.

### 4 de fevereiro

PF abre inquérito para apurar suspeitas de gestão fraudulenta no BRB.

### 6 de fevereiro

BC recebe plano de recuperação do BRB.

### 24 de fevereiro

O Projeto de Lei nº 2.175/2026 chega à Câmara Legislativa e começa a tramitar em regime de urgência.

### 3 de março

A CLDF aprova o projeto em dois turnos, com 14 votos favoráveis e 10 contrários. O texto prevê o uso de imóveis de estatais para reforçar o capital do banco.

### 10 de março

O então governador Ibaneis Rocha sanciona a proposta (agora Lei Distrital nº 7.845/2026).

### 13 de março

Integrantes do PSB protocolaram uma ação popular contra os efeitos da nova Lei.

### 16 de março

A 2ª Vara da Fazenda Pública do DF concedeu uma liminar suspendendo a lei, proibindo a transferência de imóveis ou garantias ao BRB. O Governo do DF recorre da decisão.

### 17 de março

O desembargador Roberval Belinati, presidente em exercício do TJDF, atende ao recurso da Procuradoria-Geral e do BRB, derrubando a liminar e reativando os efeitos da lei.

### 23 de março

Nova reviravolta judicial: uma decisão específica impede o uso do imóvel mais valioso da operação (Serrinha, avaliado em R\$ 2,3 bilhões) devido a entraves ambientais e estatutários da Terracap.

### 27 de março

Diante da judicialização dos imóveis, o GDF solicita um empréstimo de R\$ 4 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) como "Plano B". O desembargador Roberval Belinati derruba a liminar que excluía a Serrinha do Paranoá do rol de garantias, devolvendo ao governo o direito de usá-la no fundo imobiliário.

### 30 de março

Celina Leão toma posse como governadora. Na ocasião, ela

diz que não fará "guerra ideológica" à frente do Palácio do Buriti e que buscará apoio do governo federal, se necessário, para fortalecer o Banco de Brasília (BRB).

### 31 de março

Vence o prazo dado pelo BC para que o BRB entregasse os balanços pendentes referentes a 2025. O banco não entrega os balanços.

### 31 de março

Nelson de Souza fixou a data de 30 de maio para finalizar todos os processos pendentes e o rito de capitalização no prazo de 180 dias, a contar da data de entrega do plano de capitalização da instituição ao Banco Central, em 6 de fevereiro.

### 7 de abril

BRB encaminha relatório de auditoria independente à Polícia Federal.

### 9 de abril

Celina afasta 12 servidores do BRB suspeitos de envolvimento com caso Master.

### 9 de abril

Celina se reúne com Gabriel Galípolo, presidente do BC, em São Paulo e faz reuniões com possíveis investidores da Faria Lima.

### 10 de abril

Fundo de investidores apresentou proposta para a aquisição de R\$ 15 bilhões dos ativos que eram vinculados ao Banco Master.

### 16 de abril

Paulo Henrique Costa é preso pela Polícia Federal.

### 20 de abril

BRB fecha acordo de R\$ 15 bi com a Quadra Capital para transferência de fundos oriundos de operações com o Master.

### 22 de abril

Acontece a assembleia-geral extraordinária, onde é aprovado o aumento de capital em até R\$ 8,8 bilhões.